

## **GOVERNANÇA, CAMADAS E NÍVEIS NA FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PIBID NOS EDITAIS 7/2018 E 2/2020**

Juliana Cristina Araujo do Nascimento Cock  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
juliana.nascimento.cock@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho apresenta um resumo de parte da pesquisa em andamento no curso de doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na linha de pesquisa Educação, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas. Em continuidade ao estudo do arranjo institucional de implementação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), entre os editais de 2007 e 2013 (NASCIMENTO COCK, 2018), para este trabalho foi produzida uma análise com foco nas edições de 2018 e 2020.

O PIBID é um programa do governo federal que foi criado em dezembro de 2007, numa parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo objetivo é incentivar a formação de professores para a educação básica e faz parte da política nacional de formação de profissionais para a educação básica. Trata-se de um programa de abrangência nacional que acontece em regime de colaboração entre a CAPES, instituições de ensino superior (IES) públicas e privadas e as redes públicas de educação básica dos estados, Distrito Federal (DF) e municípios e mobiliza professores de ambos os níveis de ensino e instituições como coformadores dos licenciandos bolsistas de iniciação à docência. O objeto da análise desenvolvida e apresentada neste trabalho são as mudanças na estrutura de governança do PIBID nessas duas últimas edições, que apontam para uma complexificação dos atores e instituições que passaram a constituir a formulação e o seu arranjo institucional de implementação.

### **DESENVOLVIMENTO**

O diálogo entre os campos da política educacional e de políticas públicas tem sido desenvolvido por pesquisadores da área da educação brasileira (JACOMINI; SILVA, 2019; OLIVEIRA, 2019; PASSONE, 2013; SILVA; SCAFF; JACOMINI, 2016;

STREMEL, 2016) e a nossa proposta é também nos inserirmos nessa interface profícua para pesquisas sobre as políticas educacionais. Nesta pesquisa são consideradas perspectivas teóricas do campo de implementação de políticas públicas que fazem parte da quarta e atual geração de estudos (LOTTA, 2019) sobre o arranjo institucional de implementação de políticas públicas (PIRES; GOMIDE, 2018), governança (BICHR, 2018; MARQUES, 2016) e processos de múltiplos níveis (*multi-levels*) e múltiplas camadas (*multi-layers*) na formulação e na implementação das políticas públicas (HILL; HUPE, 2003). Dialogamos, também, com estudos sobre o federalismo brasileiro para caracterizar o desenho das políticas sociais brasileiras formuladas em regimes de colaboração do governo federal com estados, o DF e os municípios, especialmente aqueles que se referem às políticas educacionais (FRANCEZE; ABRUCIO, 2013; SEGATTO; ABRUCIO, 2018).

Os dados utilizados foram produzidos mediante revisão bibliográfica e análise documental (BARDIN, 2016). Foram selecionados os principais documentos que normatizaram e regulamentaram o PIBID na edição de 2018: o edital CAPES nº 7/2018, a portaria CAPES nº 175/2018 e o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 6/2018, bem como os documentos que instituíram a sua atual edição em 2020 – a portaria CAPES nº 259/2019 e o Edital CAPES nº 2/2020, com previsão de encerramento em março de 2022. Para isso, consideramos parte dos resultados de pesquisa centrada na análise do arranjo institucional do PIBID entre os editais de 2007 e 2013 (NASCIMENTO COCK, 2018) e avançamos ao analisar as mudanças instituídas nas edições de 2018 e 2020. Especificamente, este trabalho avança no estudo sobre a implementação do PIBID, considerando as mudanças no seu arranjo institucional, incluindo a diversidade de atores e de instituições envolvidas ao longo do tempo, tendo em vista que é apontado como um programa de relevante importância entre as políticas educacionais federais recentes voltadas à formação de docentes.

## **PRINCIPAIS RESULTADOS**

Os resultados apontam que houve uma complexificação no arranjo institucional de implementação do PIBID na edição de 2018, com mudanças significativas no seu desenho institucional quando comparados às edições anteriores. Houve uma redução significativa na quantidade de bolsas, de IES

participantes e recursos de custeio e capital destinados. O regime de colaboração do governo federal com os demais entes federativos, mediante as propostas de parcerias com as redes públicas de educação básica, está presente no ACT 6/2018, além de associação com outro programa criado para incentivar a formação de docentes, o Programa Institucional de Residência Pedagógica.

A complexificação do arranjo institucional do PIBID se evidencia também na inclusão de novos atores nos processos decisórios de adesão e inclusão das secretarias de educação dos estados, DF e municípios – o CONSED e a UNDIME – e, posteriormente, na seleção das escolas para participarem dos processos seletivos das IES. Essa mudança instituiu nova estrutura de governança do programa e deslocou parte das decisões que antes cabiam apenas às IES, tais como a seleção dos professores da educação básica participantes e as próprias escolas.

A edição de 2020 estabeleceu outros termos para a formalização do regime de colaboração e novas alterações na estrutura de governança, diferentes até mesmo da edição de 2018. Observamos uma perda de espaço significativa tanto dos atores estatais quanto dos não estatais nos processos decisórios, paralela a uma centralização de decisões no âmbito da CAPES. Com base nos documentos analisados, podemos dizer que a estrutura de governança estabelecida no arranjo institucional do PIBID em 2020 aponta para retrocessos na articulação entre os atores estatais, não estatais e as instituições interessadas no objeto dessa política, que podem impactar nos possíveis consensos construídos ao longo dos editais anteriores.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. Lisboa: Edições 70, 2016.

BICHIR, R. Governança multinível. **Boletim de análise político-institucional**, Brasília, DF, n. 19, p. 49-55, dez. 2018.

FRANZESE, C.; ABRUCIO, F. L. Efeitos recíprocos entre federalismo e políticas públicas no Brasil: os casos dos sistemas de saúde, de assistência social e de educação. In: HOCHMAN, G.; FARIA, C. A. P. (org.). **Federalismo e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 361-386.

HILL, M.; HUPE, P. The multi-layer problem in implementation research. **Public Management Review**, Londres, v. 5, n. 4, p. 471-490, 2003.

JACOMINI, M. A.; SILVA, A. A. Pesquisas em políticas educacionais: questões epistemológicas e desafios à consolidação da área da Educação (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 5, fev. 2019.

LOTTA, G. S. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. *In*: LOTTA, G. S. (org.). **Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019. p. 11-38.

MARQUES, E. C. L. Governo, atores políticos e governança em políticas urbanas no Brasil e em São Paulo: conceitos para uma agenda de pesquisa futura. *In*: MENICUCCI, T. M. G.; GONTIJO, J. G. L. (org.). **Gestão e políticas públicas no cenário contemporâneo: tendências nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. p. 71-100.

NASCIMENTO COCK, J. C. A. **Estudo de revisão do arranjo institucional de implementação de políticas**: o caso do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, A. C. P. Implementação das políticas educacionais: tendências das pesquisas publicadas (2007-2017). **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, p. 1-16, 2019.

PASSONE, E. F. K. Contribuições atuais sobre o estudo de implementação de políticas educacionais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 596-613, maio/ago. 2013.

PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. Governança e capacidades estatais a partir da abordagem dos arranjos e instrumentos de políticas públicas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, Brasília, n. 19, p. 25-32, dez. 2018.

SEGATTO, C. I.; ABRUCIO, F. L. Os múltiplos papéis dos governos estaduais na política educacional brasileira: os casos do Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Pará. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 6, p. 1179-1193, nov./dez. 2018.

SILVA, A. A.; SCAFF, E. A. S.; JACOMINI, M. A. Políticas públicas e políticas educacionais: percursos históricos, interfaces e contradições das produções na década de 2000. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 67, p. 254-273, mar. 2016.

STREMEL, S. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.